


## CAPÍTULO 06

 <https://doi.org/10.58871/ed.academic.0006.v1>

### REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

### REPERCUSSIONS OF CHILDHOOD VIOLENCE ON THE DEVELOPMENT OF CHILDREN AND ADOLESCENTS

**LAURA LINO GONÇALVES**

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

**SOFIA LORENZONI VALE**

Universidade do Estado do Pará (UEPA)

#### RESUMO

**Objetivo:** elucidar quais as repercussões dos maus-tratos contra crianças no desenvolvimento biológico e psicossocial desta parcela da população. **Metodologia:** trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura, em que se utilizou a estratégia PICO para a formulação da pergunta norteadora e na qual utilizaram-se as 27 recomendações presentes no checklist da metodologia PRISMA. **Resultados e discussão:** foram incluídos 6 artigos nesta revisão. Os artigos analisados apontaram tanto danos ao longo prazo, quanto danos imediatos, a curto prazo. Os danos imediatos são o comprometimento físico, a ansiedade, a dificuldade de dar depoimentos satisfatórios para a resolução do caso e até o isolamento e o comportamento dissociativo mesmo nas mais tenras idades. **Conclusão:** pôde-se obter um panorama geral da violência contra as crianças e os adolescentes brasileiros nos últimos anos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se torna nítida a dimensão e a gravidade desse problema, o entendimento aprofundado dos mecanismos nele envolvidos revela formas de combatê-lo.

**Palavras-chave:** Violência infantil; Impactos; Desenvolvimento.

#### ABSTRACT

**Objective:** to elucidate the repercussions of maltreatment against children on the biological and psychosocial development of this part of the population. **Methodology:** this is an Integrative Literature Review, in which the PICO strategy was used to formulate the guiding question and in which the 27 recommendations present in the PRISMA methodology checklist were used. **Results and discussion:** 6 articles were included in this review. The articles analyzed pointed to both long-term damage and immediate short-term damage. The immediate damages are physical impairment, anxiety, difficulty in giving satisfactory testimonies for the resolution of the case and even isolation and dissociative behavior even at the earliest ages. **Conclusion:** it was possible to obtain an overview of violence against Brazilian children and adolescents in recent years. In this sense, while the dimension and gravity of this problem becomes clear, the in-depth understanding of the mechanisms involved in it reveals ways to combat it.

**Keywords:** Child violence; Impacts; Development.

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência pode ser definida como:

Uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Entretanto, Hayeck (2009) pontua que o conceito de violência é múltiplo. Logo, é importante compreender as diversas maneiras pelas quais a violência pode manifestar-se e, conseqüentemente, os diferentes impactos que podem resultar.

Nesse contexto, tendo sido considerado um grande problema de saúde pública, tornou-se necessário sistematizar os diferentes tipos de violência. Essa classificação, proposta pela Organização Mundial da Saúde (1996), indica três tipos de violência, que estão relacionadas às características do indivíduo responsável por cometer o ato violento e são: violência coletiva, violência autoinfligida e violência interpessoal.

Diante desse cenário, é importante debater e compreender a violência contra crianças, haja vista que este problema pode interferir de diversas maneiras no desenvolvimento dessa parcela da população, além de muito pontuar-se que a ocorrência da violência física contra crianças é devida, principalmente, a ideia perpetuada da violência como uma prática disciplinatória (CARMO et al, 2006).

Ademais, como aborda Pasion et al (2013), a negligência infantil é o tipo mais recorrente de maus tratos e foi definida pelo Ministério da Saúde (1997), como:

O fato da família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicar, educar e evitar acidentes.

Concomitante, o estudo realizado por Rates, Melo, Mascarenhas et al (2014), durante o intervalo temporal de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, revela que no período analisado foram registrados 17.900 casos de violência infantil no Brasil. Desse modo, torna-se imperativo fomentar o debate acerca da violência infantil em seus mais diferentes aspectos, tais como a violência física e a negligência familiar contra crianças.

Portanto, o objetivo do presente estudo é elucidar quais as repercussões dos maus-tratos contra crianças no desenvolvimento biológico e psicossocial desta parcela da população.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura, qualitativa, desenvolvida a partir de seis etapas metodológicas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa de literatura (SOUZA et al, 2010).

A pergunta que norteou o presente estudo foi “Como a violência infantil impacta no desenvolvimento das crianças e adolescentes brasileiros? ”, desenvolvida através da estratégia PICO (ARAÚJO,2020), sigla para P: população, I: Interesse e Co: Contexto, que culminou, respectivamente, em: crianças e adolescentes, impactos no desenvolvimento, violência infantil.

Além disso, utilizou-se as 27 recomendações presentes no checklist do Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Study (PRISMA, 2022), que devem ser cumpridas para a elaboração adequada de uma pesquisa científica.

Foram incluídos os artigos brasileiros, disponíveis em português, desenvolvidos nos últimos seis anos (2017-2022), presentes nos bancos de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), World Health Organization-Institutional Repository for Information Sharing (WHO IRIS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF), MEDCARIB e Index Psicologia- Periódicos, acessados através da Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS) e com texto integral. Foram excluídos os artigos duplicados, que não abordam a temática proposta, ou seja, não abordaram diretamente a repercussão da violência infantil no desenvolvimento destas crianças brasileiras. Ademais, excluiu-se artigos que não se encaixam como artigos científicos, além de artigos de opinião, trabalhos de teses, monografias, dissertações (literatura cinzenta) e publicações não contempladas pelo intervalo de tempo estabelecido.

Realizou-se uma busca na literatura científica durante o mês de dezembro de 2022, através da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando estratégia de busca avançada auxiliada pelo operador booleano “AND”, que foi combinado aos descritores extraídos da lista de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Inicialmente, utilizou-se filtros pré-definidos e disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) para seleção primária dos artigos. Posteriormente, realizou-se a leitura dos títulos e resumos para concluir a seleção dos estudos e os artigos duplicados foram excluídos. Por último, realizou-se a leitura completa dos artigos para a identificação da elegibilidade destes para o presente estudo.

A análise de dados foi realizada através dos programas: Microsoft Excel 2018, Microsoft Word 2018. Além disso, a partir dos estudos selecionados, construiu-se o fluxograma

seguindo o método Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA,2022).

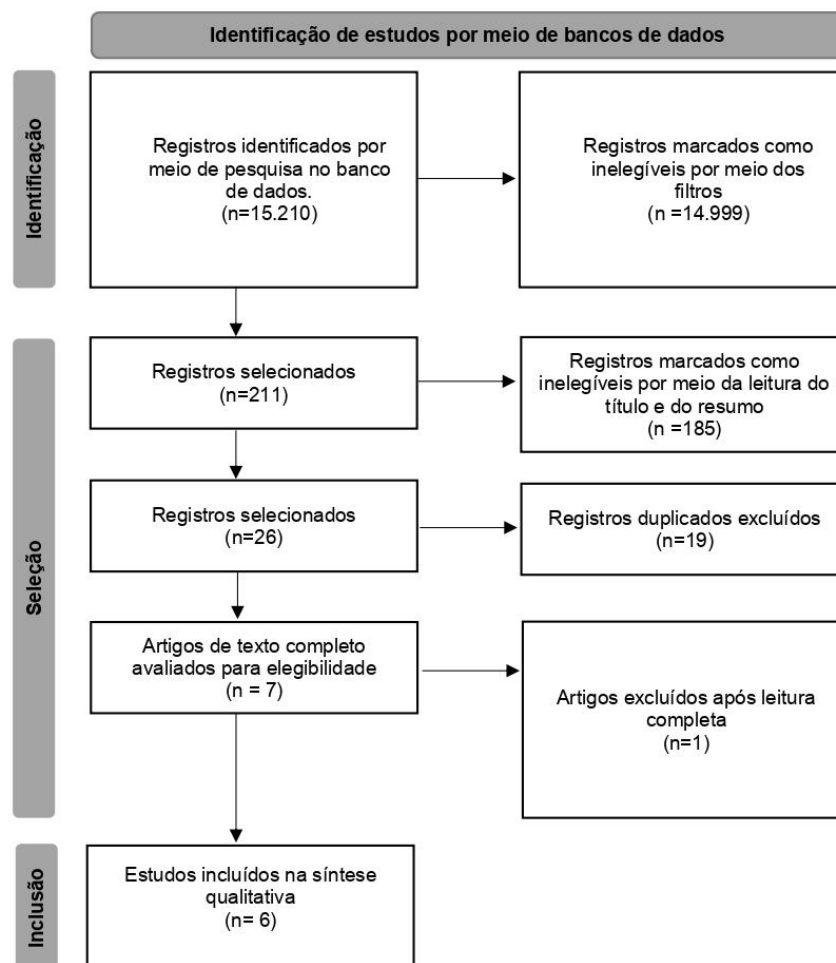
### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, foram incluídos 6 artigos nesta revisão integrativa de literatura, todos publicados em língua portuguesa. Três deles consistem em estudos exploratórios, nos quais foram recolhidos relatos de crianças e adolescentes vítimas de violência ou de profissionais da saúde responsáveis por essas vítimas. Dois consistem em revisões de literatura. Um consiste em uma síntese reflexiva da experiência profissional dos autores.

Os anos que contaram com maior número de publicações foram 2017 e 2019, ambos com 2 publicações cada. Os anos de 2021 e 2022 apresentaram 1 publicação cada.

Maiores detalhes acerca do processo de escolha dos artigos podem ser observados no fluxograma abaixo.

**Fluxograma 1.** Fluxograma Prisma de Identificação, seleção e inclusão das publicações na amostra da revisão integrativa. Belém, PA. Brasil, 2022.



Para melhor discutir as informações apreendidas a partir da leitura dos artigos, a presente discussão foi estruturada em torno de três eixos temáticos, que são: 1. Caracterização da violência contra crianças e adolescentes, 2. Impactos da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes e 3. Alternativas para se combater a violência contra crianças e adolescentes.

### 3.1 Caracterização da violência contra crianças e adolescentes

A fim de se entender os impactos no desenvolvimento infantil causados pela violência, é importante conhecer as mais diversas formas em que ela ocorre. A leitura realizada evidenciou o fato de a violência em questão ainda ser um tema estranho para boa parte dos brasileiros, os quais geralmente a reduzem à agressão física. (MARTINS & DOS SANTOS, 2022)

O estudo realizado por Martins e dos Santos (2022) apontou que a violência pode ser classificada a partir do contexto em que ocorre e da modalidade em que é praticada. O contexto da violência pode ser intrafamiliar, quando vítima e agressor possuem laços familiares, sejam eles consanguíneos ou não; e extrafamiliar, quando o autor da violência não tem laços familiares com a vítima. Já as modalidades da violência consistem em negligência, violência psicológica, violência física e violência sexual.

Como apontou o estudo de Magalhães et al (2017), apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tratar violência moral e psicológica como sinônimos, é importante conhecer a diferença entre elas: enquanto a violência psicológica pode ser definida por causar dano emocional - como ansiedade e medo - ou prejudicar o pleno desenvolvimento - causando isolamento, por exemplo -, a violência moral configura difamação, calúnia e injúria. A importância dessa distinção consiste na necessidade de se dar visibilidade ao fato de crianças e adolescentes também serem vítimas de crimes como a difamação. O estudo de Magalhães et al (2017) exemplificou essa problemática com o relato de uma menina de 15 anos que era constantemente chamada de prostituta pelo pai.

Além dessas definições, a revisão de Stochero (2019) traz outra forma de se classificar as Experiências Adversas na Infância (EAI) ao apresentar os conceitos de experiências de ameaça ou de privação. Experiência de ameaça são aquelas que representam riscos à integridade física das vítimas, enquanto as de privação consistem na ausência de estímulos ambientais esperados, tais como cuidado e afeto dos genitores.

As reflexões conduzidas por Faizibaioff e Tardivo (2021), por outro lado, classificam a violência com base nas respostas dos infantes a ela. Segundo esse estudo, a violência pode gerar

reações de ansiedade persecutória e de ansiedade depressiva. Quando a vítima sente medo de sofrer retaliações de seu agressor caso o entregue, tem-se a ansiedade persecutória. Porém, quando a vítima tem medo de causar tristeza à sua família com o seu depoimento ou mesmo teme que sua acusação prejudique seu agressor (que muitas vezes é simultaneamente amado e odiado pela criança oprimida), tem-se a ansiedade depressiva.

Por fim, é importante abordar a temática da violência ou abuso sexual. Como apresentou o estudo de Martins e Dos Santos (2022), a lei 13.431 de 2017 define a violência sexual contra a criança e ao adolescente como qualquer conduta que os constranja a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, incluindo a exposição do corpo em foto ou vídeo. Ela inclui especificidades tais como o abuso sexual, a exploração sexual comercial e o tráfico de pessoas com fim de exploração sexual. Ainda segundo esse estudo, casos enquadrados nessas definições demandam atenção máxima no Sistema Único de Assistência Social (Suas), pois o ECA preconiza o “princípio da prioridade absoluta” para essas vítimas, devido ao seu frágil estágio de desenvolvimento e ao fato de a violência sexual geralmente estar acompanhada de outras formas de violência.

### **3.2 Impactos da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes**

Após conhecer as principais expressões de violência contra o público infanto-juvenil, pode-se partir para o delineamento dos principais impactos por ela causados no desenvolvimento das vítimas. Os 6 artigos analisados apontaram tanto danos ao desenvolvimento e na vida adulta - isto é, a médio e longo prazo - quanto danos imediatos, a curto prazo. Os danos imediatos são o comprometimento físico (MARTINS & DOS SANTOS, 2022; MAGALHÃES et al, 2017), a ansiedade, a dificuldade de dar depoimentos satisfatórios para a resolução do caso (FAIZIBAIOFF & TARDIVO, 2021) e até o isolamento e o comportamento dissociativo mesmo nas mais tenras idades (ALVARES et al, 2017).

O comprometimento do desenvolvimento físico e mental, por sua vez, foco deste estudo, foi abordado sob diferentes óticas. O estudo de Martins e dos Santos (2022) aborda as perspectivas de desenvolvimento baseando-se em aspectos socioeconômicos. Tal abordagem é utilizada pois as psicólogas entrevistadas no estudo estabelecem relações diretas entre o grau de escolaridade, renda e acesso a serviços públicos e o desfecho dos casos de violência. Segundo essas profissionais, as más condições de habitação, que condicionam pais e filhos a conviverem em cômodos pequenos, sem possibilidades de privacidade, por exemplo, levam muitas crianças a entenderem que o afeto trocado entre cônjuges pode também fazer parte de



relações paternas, o que torna o ambiente propício para a violência sexual. Dessa forma, muitos levam para a vida adulta noções distorcidas sobre sexualidade.

Contudo, os próprios autores do artigo ressaltam que tais correlações entre camada social e violência devem ser adotadas com o cuidado de não se assumir uma postura de determinismo social, transferindo problemas causados pelo estado (condições indignas de habitação e educação) para a responsabilidade dos indivíduos (MARTINS & DOS SANTOS, 2022).

O estudo de Faizibaioff e Tardivo (2021) aponta os mecanismos de defesa inconscientes desenvolvidos pelas crianças e adolescentes como principais mecanismos de prejuízo ao desenvolvimento psicológico. São descritos mecanismos de defesa primitivos e sofisticados. O principal mecanismo primitivo é o isolamento, que, com o passar dos anos, paralisa ou deteriora o desenvolvimento psíquico por meio da impossibilidade de integração em sociedade com seus pares. Por outro lado, os mecanismos sofisticados de defesa são aqueles que não necessitam da evasão ou da negação da realidade, e, por isso, permitem a conscientização sobre a violação ocorrida, representando menores riscos à psique.

As reflexões feitas por Mendes e Lazzari (2019) assumiram caráter mais bioquímico. Tal revisão de literatura apontou que a violência contra infantes, principalmente na forma de negligência materna, tem efeitos epigenéticos no sistema ocitocinérgico. Isso ocorre, pois, a ocitocina atua não apenas na lactação e nas contrações uterinas, mas em diversas áreas do sistema nervoso central responsáveis pelo comportamento afetivo e pelo controle da ansiedade. Diversos estudos recentes apontam que indivíduos (a exemplo dos autistas) com baixo desenvolvimento de áreas cerebrais responsáveis pela percepção social, como a junção parietal temporal e córtex cingulado anterior dorsal, apresentam maior grau de metilação de genes relacionados aos receptores de ocitocina. A metilação de segmentos do DNA é uma das principais formas de atuação dos mecanismos epigenéticos, que atua condensando segmentos de DNA e desativando a expressão de genes. Isso pode indicar que fatores ambientais (tais como a violência) podem reduzir a atuação da ocitocina no sistema nervoso, a partir da metilação de genes relacionados aos seus receptores.

O estudo de Stochero (2019) apontou que indivíduos submetidos a situações traumáticas na infância ou na adolescência apresentam maior tendência à dependência de álcool, tabaco e drogas ilícitas. Isso representa maior risco para o desenvolvimento de desordens mentais com tendências suicidas e funcionais, doenças cardiovasculares, diabetes, DPOC, problemas imunológicos e câncer. De acordo com essa revisão, a falta de conhecimento consolidado sobre os mecanismos que relacionam violência e problemas no desenvolvimento abre margem para

várias hipóteses explicativas. Uma delas é o Modelo do Período Sensível, segundo o qual a neuroplasticidade (capacidade de aprendizado e adaptação do sistema nervoso central) estaria intensificada em períodos sensíveis, sendo a infância um desses períodos sensíveis. Isso nem sempre é positivo, pois, se nesses momentos, a criança é submetida a situações traumáticas, a neuroplasticidade favorecerá danos psíquicos.

Outro modelo apresentado é o Modelo da Privação e Ameaça, que atribui os efeitos negativos no desenvolvimento neuronal ao funcionamento do eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, perturbado de sua atuação normal quando a criança é submetida a níveis altos de estresse e, conseqüentemente, de cortisol (STOCHERO, 2019).

Conclusões semelhantes podem ser extraídas do estudo de Alvares et al (2017), o qual, por meio da aplicação de uma ferramenta de rastreio, o MacArthur Steam Story Battery (MSSB) identificou que crianças vítimas de violência apresentavam deficiências no desenvolvimento de certas habilidades sociais, tais como manejo de conflitos intrapessoais e controle da rivalidade e do ciúme, ao passo que apresentavam exacerbação da agressividade e das atividades sexualizadas. Esse estudo também apresentou duas hipóteses que explicam formas distintas de interação social desenvolvidas por crianças vítimas de violência: a hipótese da regulação emocional infantil e a hipótese representacional. A hipótese representacional explica que crianças vítimas de violência tendem a representar personagens em situações de conflito, reproduzindo, em brincadeiras e momentos de descontração, seu contexto familiar violento. Já a hipótese da regulação emocional explica que algumas vítimas evitam representar personagens em situações adversas, a fim de não confrontar as emoções negativas a que foram submetidas.

### **3.3 Alternativas para se combater a violência contra crianças e adolescentes**

As principais alternativas apresentadas para a resolução dessa grave questão de saúde pública foram a melhoria da articulação entre os diversos setores do Estado responsáveis pela proteção da criança, a capacitação dos profissionais e o atendimento ao agressor.

O estudo de Martins e dos Santos (2022) evidenciou, positivamente, que a maior parte dos profissionais atuantes no Suas compreendem a importância do atendimento intersetorial às vítimas e suas famílias, mas que esses, ao mesmo tempo, sentem-se incapazes de atuar em conjunto com o sistema de saúde - pela dificuldade de realizar os procedimentos de referência e contrarreferência com unidades de saúde, por exemplo. Foi relatada também grande dificuldade de atuar conjuntamente com o sistema de justiça, pois a visita a delegacias e a



realização de boletins de ocorrência, na maioria das vezes, assusta e afasta as famílias do acolhimento da assistência social.

Também foi relatada a importância da capacitação profissional, pois muitos deles mostraram-se insatisfeitos ou com a formação acadêmica que receberam ou com a competência de seus colegas de trabalho. Algumas psicólogas relataram que boa parte de seus colegas de profissão desconheciam a distinção básica entre atendimento psicossocial e psicoterapia: enquanto o atendimento psicossocial diz respeito ao acolhimento das vítimas no âmbito da assistência social, a psicoterapia deve ser realizada no ambiente de assistência à saúde (MARTINS & DOS SANTOS, 2022).

Por fim, é imprescindível oferecer atendimento aos agressores ou supostos agressores, pois a conversa com esses indivíduos ajuda a identificar o culpado e a evitar que os episódios de agressão se repitam. Isso ocorre pois, por meio do estímulo da reflexão, muitos passam a entender como crime o que, anteriormente, poderia ser entendido como algo banal, a exemplo das "palmadas" corretivas, as quais, apesar de serem proibidas por lei, ainda fazem parte das concepções educativas de muitas famílias (MARTINS & DOS SANTOS, 2022; MAGALHÃES et al, 2017).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da presente revisão, pôde-se obter um panorama geral da violência contra as crianças e os adolescentes brasileiros nos últimos anos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se torna nítida a dimensão e a gravidade desse problema, o entendimento aprofundado dos mecanismos nele envolvidos revela formas de combatê-lo. Portanto, o estudo desenvolvido tem a importância de elucidar os principais aspectos dessa urgente questão de saúde pública, facilitando a adoção de políticas públicas, tais quais as elencadas no tópico 3 da discussão.

Como aspectos negativos deste trabalho, tem-se o fato de ter reunido poucos artigos para a revisão. Essa realidade, contudo, evidencia a escassez de estudos recentes acerca da violência contra o público infanto-juvenil, indicando que a comunidade científica ainda não dedica a atenção devida à qualidade de vida das crianças e dos adolescentes brasileiros. A presente revisão também não pôde identificar as peculiaridades da violência nas diferentes regiões brasileiras, pela falta de estudos regionalizados e dedicados a entender os determinantes sociais da violência em cada núcleo regional.

Por fim, espera-se que este trabalho estimule a realização de outros semelhantes, que venham sanar as lacunas do entendimento da relação entre a violência e comprometimento do

desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes e, assim, levar a comunidade científica a atuar em prol de uma infância saudável para os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Joana; MACHADO, Letícia Fagundes; DA CRUZ BENETTI, Sílvia Pereira. Macarthur stem story battery: narrativas infantis como acesso às representações mentais. **Avaliação Psicológica**, v. 16, n. 3, p. 356-364, 2017.

ARAÚJO, W. C. O. Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias. 2020.

CARMO, C. J.; HARADA, M. J. Violência física como prática educacional. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 14, p. 849-856, 2006.

FAIZIBAIOFF, Danilo Salles et al. Avaliação do dano psíquico associado ao depoimento especial. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 12, n. 1 supl, p. 154-179, 2021.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, jul. 2009.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes et al. Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 4, p. 1-9, 2017.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. Maus tratos contra crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, p. 660-665, 2010.

MARTINS, Jessica Souza; SANTOS, Daniel Kerry dos. Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paefi. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022.

MENDES, Marcelo da Silva; LAZZARI, Virgínia Meneghini. Alterações na epigenética do sistema ocitocinérgico em resposta ao cuidado materno negligente. **Clin. biomed. res**, p. 333-340, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica**. 1997.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PASIAN, Mara Silvia et al. Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando famílias**, v. 17, n. 2, p. 61-70, 2013.

PRISMA. **TRANSPARENT REPORTING of SYSTEMATIC REVIEWS and META-ANALYSES**. Disponível em: <https://prisma-statement.org/>. Acesso em: 29 nov. 2022.



RATES, S. M. S.; MELO, E. M.; MASCARENHAS, M. D. M.; MALTA, D. C. Violence against children: an analysis of mandatory reporting of violence, Brazil 2011. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000300655](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000300655)

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

STOCHERO, Luciane et al. Coocorrência de experiências adversas na infância: um inquérito de base escolar no município do Rio de Janeiro. 2019.

WHA (World Health Organization). WHA 49.25. Prevention of violence: a public health priority. **Forty-ninth Assembly**. Geneva: World Health Association, 20-25 may 1996.